

INTRODUÇÃO	33
Por que reconstruir a relação entre recursos e ações autônomas de impugnação?...	33
Perspectiva e importância do direito estrangeiro	43
A relevância da jurisprudência para este estudo.....	45
Delimitação da abordagem.....	46
Estrutura do trabalho.....	48

PARTE I

SISTEMA DE CONTROLE DOS ATOS JUDICIAIS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO

Capítulo 1

ELEMENTOS DE UM SISTEMA DE CONTROLE DOS ATOS JUDICIAIS	53
1.1. Características da atividade de controle judicial.....	54
1.2. Fundamentos para o controle da decisão judicial	59
1.2.1. Crítica ao duplo grau de jurisdição.....	61
1.2.2. O controle da jurisdição sobre a jurisdição.....	67
1.3. Amplitude e limitações do controle dos atos judiciais	73
1.4. Função de controle dos tribunais: complexidade de atribuições e variedade de mecanismos de acesso	79
1.5. Múltiplas vias de controle no processo civil	84
1.5.1. Controle de ofício, por exceção ou por objeção	85
1.5.2. Incidentes de controle.....	90
1.5.3. Controle por regras de competência	94
1.5.4. Controle por atos de cooperação judiciária nacional	102
1.5.5. Controle por meios de impugnação	105
1.5.5.1. Histórico da distinção entre recursos e ações de impugnação como mecanismos de controle.....	113
1.5.5.1.1. Evolução da distinção entre meios de impugnação para controle de invalidade e de injustiça da decisão.....	114

1.5.5.1.2. As especificidades do direito brasileiro na divisão entre recursos e ações autônomas de impugnação.....	120
1.6. Conclusão parcial: os meios de impugnação como elementos integrantes de um sistema de controle.....	129

Capítulo 2

SISTEMA DE CONTROLE E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO: SUPERAÇÃO DA DICOTOMIA ENTRE RECURSOS E AÇÕES AUTÔNOMAS.....	133
2.1. Revisão sistemática do controle dos atos judiciais por meios de impugnação.....	135
2.1.1. Justificativas tradicionais da impugnação por recurso.....	136
2.1.2. Irrelevância do prévio exercício dos direitos de ação e de defesa para impugnação de ato judicial.....	141
2.1.3. O direito de impugnar e a identidade entre recursos e ações autônomas de impugnação.....	151
2.1.4. Meios de impugnação e o exercício do direito de impugnar contra o ato judicial.....	155
2.1.5. Controle por recursos e ações autônomas desatrelado do direito de impugnar.....	160
2.1.6. Aproximação entre recursos, ações autônomas de impugnação e demandas impugnativas de outros atos jurídicos.....	162
2.2. Falibilidade do sistema recursal e opções legítimas por ações autônomas de impugnação.....	168
2.2.1. Ação autônoma de impugnação cabível por ausência de recurso....	172
2.2.2. Ação autônoma de impugnação cabível por ineficiência do recurso.....	175
2.2.3. Ação autônoma de impugnação cabível em paridade com o recurso.....	178
2.3. Classificação dos meios de impugnação segundo o momento de empregá-los: proposta de sistematização.....	180
2.3.1. Meios de impugnação cabíveis exclusivamente antes do trânsito em julgado.....	185
2.3.1.1. Recursos.....	185
2.3.1.2. Reclamação.....	190
2.3.1.3. Embargos de terceiro.....	193
2.3.2. Meios de impugnação cabíveis posteriormente ao trânsito em julgado.....	196
2.3.2.1. Ação rescisória.....	196

2.3.2.2.	Ação de invalidação	201
2.3.2.3.	Mandado de segurança contra ato judicial	205
2.3.2.4.	<i>Habeas corpus</i>	212
2.3.2.5.	<i>Actio querela nullitatis</i>	214
2.3.2.6.	Impugnação ao cumprimento de decisão fundada em norma inconstitucional	220
2.3.2.7.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)	223
2.3.2.8.	Impugnação da tutela antecipada antecedente estabilizada.....	227
2.4.	Conclusões parciais: identidade entre recursos e ações autônomas em torno do direito de impugnar e regime jurídico recursal.....	229

PARTE II DINAMICIDADE DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO

Capítulo 3

	PERFIL ESTRUTURAL E EQUIVALÊNCIA FUNCIONAL DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	233
3.1.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito nos recursos e nas ações de impugnação.....	234
3.1.1.	Juízo de admissibilidade nos meios de impugnação.....	235
3.1.1.1.	Interesse em impugnar: interesse recursal e interesse para as ações autônomas de impugnação.....	239
3.1.1.1.1.	Necessidade do meio de impugnação: interferências recíprocas entre recursos e ações autônomas.....	247
3.1.1.1.2.	Utilidade dos meios de impugnação.....	253
3.1.1.1.3.	Interesse para o controle do capítulo decisório e interesse para controle da motivação.....	256
3.1.1.1.4.	Multilateralidade de interesses para impugnar: pluralidade de legitimados para a impugnação do ato judicial.....	259
3.1.1.1.4.1.	Pedido de extensão e aproveitamento decisório.....	266
3.1.2.	Juízo rescindente e juízo rescisório nos meios de impugnação	269
3.2.	Efeitos dos recursos em confronto com as ações autônomas de impugnação: interferência legal e identificação do regime jurídico recursal.....	273
3.2.1.	Efeito obstativo dos recursos e o momento do trânsito em julgado ...	275

3.2.1.1.	Repercussões sobre a estabilidade da decisão judicial impugnada por recurso e por ação autônoma.....	280
3.2.2.	Efeito devolutivo dos recursos e o objeto das ações autônomas de impugnação	286
3.2.2.1.	Extensão do efeito devolutivo e extensão da ação autônoma de impugnação	290
3.2.2.2.	Proibição de reformatio in pejus nos recursos e o dever de congruência nas ações autônomas de impugnação.....	296
3.2.2.3.	Profundidade do efeito devolutivo e objeto das ações autônomas de impugnação	300
3.2.2.3.1.	Recursos fundamentação livre e recursos de fundamentação vinculada.....	303
3.2.2.3.2.	Ações autônomas de impugnação cabíveis anterior e posteriormente ao trânsito em julgado.....	308
3.2.2.3.3.	Questões cognoscíveis de ofício nos recursos e nas ações autônomas de impugnação	311
3.2.3.	Eficácia da decisão impugnada por recursos e por ações autônomas.....	314
3.2.3.1.	Efeito suspensivo.....	319
3.2.3.2.	Tutela provisória nos meios de impugnação	322
3.3.	Conclusão parcial: equivalência funcional dos meios de impugnação e os efeitos recursais como características do regime jurídico recursal	325

Capítulo 4

	CONVIVÊNCIA E INTERAÇÃO ENTRE MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	329
4.1.	Sucedâneos recursais: indefinição teórica e prevalência de um sistema de controle	330
4.1.1.	Tratamento jurisprudencial do “sucedâneo recursal” e a desvalorização de um sistema de controle.....	335
4.1.2.	Generalização do pré-questionamento?	338
4.2.	Taxatividade nos meios de impugnação e regime jurídico recursal.....	341
4.2.1.	Procedimento impugnativo e flexibilização procedimental	344
4.2.2.	Complexidade da atuação judicial e insuficiência do modelo unidirecional decisão-recurso	350
4.2.2.1.	Condutas omissivas	354
4.2.2.2.	Atos judiciais no âmbito da cooperação judiciária nacional	357
4.2.3.	Modalidades de limitação impugnativa	360
4.3.	Unirrecorribilidade e multiplicidade de ataques contra atos judiciais: curso e litispendência impugnativa.....	364

4.4.	Juízo de identificação, fungibilidade e saneamento.....	370
4.4.1.	Dúvida objetiva, erro grosseiro e múltiplas formas de superação de formalismos.....	377
4.4.2.	Releitura da boa-fé para a fungibilidade e a integração do sistema de correção de erros nos variados meios de impugnação.....	380
4.5.	Impugnação coletiva de atos judiciais e ações autônomas de impugnação repetitivas.....	382
4.5.1.	Impugnação coletiva de atos judiciais: a figura do <i>habeas corpus</i> coletivo.....	382
4.5.2.	Outras vias para a tutela coletiva impugnativa.....	386
4.5.3.	Ações autônomas de impugnação repetitivas.....	390
4.6.	Conclusão parcial: convivência e interação entre meios de impugnação e a complexidade do controle dos atos judiciais.....	393

Capítulo 5

REDIMENSIONAMENTO DA RELAÇÃO ENTRE MEIOS DE IMPUGNAÇÃO E TRÂNSITO EM JULGADO	395
5.1. Limitações impugnativas e trânsito em julgado.....	395
5.1.1. Confronto entre as limitações impugnativas anteriores e posteriores ao trânsito em julgado.....	400
5.1.2. Dependência cognitiva no controle das questões de direito	406
5.1.3. Reflexos das estabilidades nas limitações impugnativas	408
5.1.4. Os deveres de fundamentação em demandas impugnativas de atos judiciais.....	415
5.2. Transformações no perfil de controle dos meios de impugnação	417
5.2.1. Acesso aos tribunais superiores: o modelo impugnativo dos recursos extraordinário e especial	418
5.2.1.1. Os reflexos da repercussão geral sobre o perfil impugnativo do recurso extraordinário.....	418
5.2.1.2. Os impactos do filtro de relevância da questão federal e da técnica de recursos repetitivos sobre a utilidade do recurso especial	422
5.2.1.3. Características do sobrestamento dos recursos extraordinário e especial.....	426
5.2.2. Atual disciplina da ação rescisória: amplitude e funções	432
5.2.2.1. Alargamento do espectro da ação rescisória	432
5.2.2.1.1. Enunciado n. 343 de súmula do STF e a amplitude para o controle de violação à norma jurídica por ação rescisória.....	441

5.2.2.1.2. Ação rescisória e uniformização de jurisprudência: isonomia e segurança jurídica.....	446
5.2.3. Revisão do interesse para ação rescisória na sua relação com o trânsito em julgado	450
5.3. Conclusão parcial: reflexões sobre a relação entre meios de impugnação e trânsito em julgado.....	459
CONCLUSÕES GERAIS.....	463
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	469